



Câmara Municipal de Sesimbra

CÓPIA DE PROJETO DE ATA

(na parte que interessa)

Ata da reunião extraordinária de 17 de Dezembro de 2021

(aprovada em minuta)

“.....
 -----Aos dezassete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, nesta Vila de Sesimbra e Auditório Conde de Ferreira, reuniu extraordinariamente, Câmara Municipal de Sesimbra sob a presidência do Senhor Dr. Francisco Manuel Firmino de Jesus, Presidente da Câmara, e com a presença da Vice-Presidente Senhora Dr.^a Felícia Maria Cavaleiro da Costa e dos Vereadores Senhores Dr. José Henrique Peralta Polido, Dr. Nelson Carlos Simplicio Pólyora, da Vereadora Senhora Dr.^a Maria Argentina Amiano Marques e dos Vereadores Senhores Enfermeiro Alfredo Miguel Pires Fernandes e Márcio António de Souza Oliveira.-----

-----Estiveram presentes o Dr. Aníbal Sardinha, Diretor do Departamento de Administração e Finanças, o Dr. António Mendonça, Dirigente da Unidade Técnica de Gestão Orçamental e a Dr.^a Isabel Pulquério, a qual faz, igualmente parte, daquela Unidade Técnica, para prestar os esclarecimentos tidos por convenientes relativamente ao assunto para que a Câmara fora convocada, e a quem o Senhor Presidente agradeceu, desde logo, a comparência.-----

-----A reunião foi secretariada por Maria Paula Lopes Rodrigues Pitôrre Arsénio Gomes, Coordenador Técnico do Serviço de Apoio à Câmara Municipal.-----

-----Pelas dezassete horas e quinze minutos o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, passando-se de seguida a tratar os assuntos para que a Câmara fora convocada nos termos do n.º 1 do art.º 41.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e do edital oportunamente publicado:-----

-----GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI E AMR'S) E ORÇAMENTO 2022 – MAPA DE PESSOAL – ENVIO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

-----Foram presentes os documentos respeitantes às “Grandes Opções do Plano (PPI e AMR'S) e Orçamento 2022 – Mapa de Pessoal”, acompanhados da proposta do Senhor Presidente n.º 21.922/21, sobre o assunto, do seguinte teor:-----

-----“Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e para cumprimento da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da citada Lei, propõe-se à Câmara Municipal, a aprovação dos documentos previsionais para o ano 2022, submetendo, os mesmos, à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.”-----



Câmara Municipal de Sesimbra

2

-----Imediatamente a seguir, o Senhor Presidente fez a apresentação dos documentos, referindo-se ao teor da sua “NOTA INTRODUTÓRIA”, elaborado por si e pelo Vereador do Pelouro de Administração e Finanças, documento que aqui se dá como inteiramente reproduzido para todos os devidos e legais efeitos, tendo salientado que a proposta de Orçamento era na ordem dos 64 milhões de euros, superior em cerca de 4 milhões de euros relativamente ao inicial do ano anterior, no qual foi previsto a manutenção na arrecadação de receitas de capital, consequentes das comparticipações de fundos comunitários e de contratos de financiamento com o Governo Central, e do crescimento da rubrica dos impostos diretos, com especial perspetivação no Imposto Municipal sobre as Transmissões. -----

-----No que respeitava às despesas com pessoal, o Senhor Presidente referiu que as mesmas se encontravam estabilizadas, que provavelmente deveriam ser alvo de um acerto por causa do saldo de gerência. -----

-----Ainda sobre a mesma área, o Senhor Presidente salientou que, o mapa de pessoal iria igualmente ser ajustado, por via da inserção de recursos humanos, provenientes da descentralização de competências, nas áreas da Saúde e da Educação, por parte do Governo Central. -----

-----Depois, referiu que na história dos Orçamentos Municipais, tinha havido uma evolução na capacidade de investimento do Município, na medida em que, até ao ano de 2018 era de cerca de 10/11 milhões de euros, pelo que entre 2018 e 2022 era de cerca de 22 milhões de euros. -----

-----O Senhor Presidente salientou, de seguida, que o Município estava perante um ciclo de grande volume de investimentos, talvez o maior de sempre da sua história democrática, dessa forma e na medida da necessidade de aprovisionar o município de capacidade de resposta à presente conjuntura económica e social, não era benéfico alterar a estrutura de receita para o presente ano, nem colocar em questão o conjunto de investimentos já anteriormente projetados. ---

-----Imediatamente a seguir, o Senhor Presidente evidenciou que as oscilações que por vezes se verificavam nas Grandes Opções do Plano tinham a ver com a inclusão de projetos em curso do ano anterior e que foram e seriam submetidos a candidaturas a fundos comunitários, os quais consumiam grande parte das despesas de capital do Orçamento, nomeadamente: -----

- - a Unidade de Saúde de Sesimbra; -----
- - a Capela de S. Sebastião; -----
- - Bloco da Mata; -----
- - Mata da Vila Amália; -----



Câmara Municipal de Sesimbra

----- - Escola Navegador Rodrigues Soromenho, com uma despesa, para 2022, na ordem de 2,5 milhões de euros, etc.. -----

----- - o Centro de Conhecimento e Cultura Marítima; -----

----- - Águas e Saneamento; -----

----- - o projeto de recolha de resíduos porta-a-porta; -----

----- - o Auditório da Quinta do Conde, cuja a abertura do procedimento estava agendada para o início de 2022; -----

----- - finalização dos processos de Mobilidade Sustentável, etc.. -----

-----O Senhor Presidente, informou que o Município se encontrava em condições de levar a efeito o encerramento das candidaturas ao investimento previsto no Plano de Recuperação e Resiliência, o qual determinava o reforço de financiamento no âmbito do Programa 1.º Dt.º destinado a apoiar a promoção de soluções habitacionais para pessoas que viviam em condições habitacionais indignas, apresentadas à luz do Plano Estratégico de Habitação do Concelho de Sesimbra. -----

-----O Senhor Presidente esclareceu que o presente Orçamento contemplava algumas rubricas com valores residuais que possibilitavam, futuramente, o seu reforço. -----

-----O Senhor Presidente informou que se verificará no próximo ano os objetivos estratégicos e modelo do desenvolvimento do Concelho anteriormente definidos, adensados pela atual situação económica e social, que tinham repercussão direta nas Grandes Opções do Plano para o ano de 2022 e seguintes e que eram: -----

-----> Melhorar, requalificar e largar as infraestruturas e equipamentos públicos das quais depende a qualidade de vida da população; -----

-----> Promover uma política sustentada de urbanismo, ordenamento e requalificação urbana; -----

-----> Incrementar medidas de mitigação e adaptação às alterações climáticas e de transição energética; -----

-----> Promover a defesa do património natural e cultural, numa perspetiva identitária; -----

-----> Promover a valorização da cultura e a qualidade do turismo; -----

-----> Incrementar e apoiar o empreendedorismo, o associativismo e a participação da população; -----

-----> Valorizar a relação e partilha com os munícipes e com a comunidade em geral; -----



Câmara Municipal de Sesimbra

-----> Promover a simplificação, flexibilidade e modernização dos procedimentos administrativos, aumentando o nível de satisfação da população relativamente à qualidade dos serviços. -----

-----Seguidamente, referiu que esta Câmara Municipal, no âmbito das suas opções iria dar especial enfoque, em 2022, nas seguintes áreas: -----

-----> Reforço dos serviços de proximidade, nomeadamente ao nível da limpeza e higiene urbana e manutenção do espaço público, em mais meios e recursos; -----

-----> Promoção da mobilidade suave e concretização da nova rede de transportes públicos; --

-----> Aposta na educação, formação profissional e redes de conhecimento, bem como nos equipamentos coletivos; -----

-----> Ampliação e requalificação da habitação pública municipal; -----

-----> Requalificação urbana do território; -----

-----> Modernização e reforço do abastecimento de água; -----

-----> Requalificação e valorização do património e reforço da identidade local; -----

-----> Valorização da cultura e sua diversificação, bem como das tradições locais; -----

-----> Dinamização da economia local e potenciação da atratividade de investimentos no território ligados aos setores estratégicos; -----

-----> Qualificação, valorização e otimização dos serviços municipais. -----

-----Depois e uma vez que o ponto "2", sob a epígrafe "AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS E RECURSOS DO MUNICÍPIO DE SESIMBRA PARA A FREGUESIA DE SANTIAGO, FREGUESIA DO CASTELO E FREGUESIA DA QUINTA DO CONDE – MINUTAS – APROVAÇÃO – ENVIO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL", constante da Ordem de trabalhos da presente reunião estava também diretamente ligado aos documentos agora em apreço, o Senhor Presidente fez uma breve explicação sobre o assunto. -----

-----Usou da palavra o Vereador Dr. José Polido para, antes de iniciar a sua intervenção, agradecer a todos os funcionários municipais que de uma maneira ou de outra contribuíram para a execução do presente Orçamento, principalmente ao Departamento Financeiro, depois, como detentor do Pelouro de Administração e Finanças, apesar do Senhor Presidente ter já elucidado pormenorizadamente o conteúdo dos documentos em apreço, proceder a uma breve explicação acerca dos mesmos. -----

-----Depois, explicou que os documentos previsionais de 2022, haviam sido elaborados de acordo com a Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, e do Sistema e Normalização Contabilística



Câmara Municipal de Sesimbra

para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado, pelo decreto-Lei 192/2015, de 11 de setembro, apresentando um valor global de cerca de 64 milhões de euros superiores face ao Orçamento previsional do ano anterior.-----

-----O Vereador evidenciou, depois, que o Orçamento'2022 só havia sido possível ser delineado da forma como se encontrava descrito, devido ao facto da Autarquia ter mantido, ao longo dos tempos, uma política fiscal estável.-----

-----Salientou, depois, que era fundamental manter esta política estável, uma vez que esta permitia o cumprimento dos compromissos da Autarquia, nomeadamente a nível de empréstimos, para pagamento a fornecedores, bem como, nunca faltar com as remunerações dos funcionários da mesma.-----

-----Considerando que estes documentos eram previsionais, o Vereador Dr. José Polido informou que, a nível das receitas, o Município já havia ultrapassado uma execução de 90%, nomeadamente devido ao IMT, fruto da atratividade que o Concelho tinha vindo a conseguir manter.-----

-----Imediatamente a seguir, o mesmo Vereador começou por dar conta dos montantes que haviam sido distribuídos pelas diversas áreas no Orçamento, tendo evidenciado alguns investimentos que tinham ou vinham a ser assumidos pelo Município, mesmo sendo da responsabilidade do Governo Central, tais como o Tribunal de Sesimbra, a Unidade de Saúde de Sesimbra, a Escola Navegador Rodrigues Soromenho, etc.-----

-----No que se relacionava com os investimentos nas áreas do saneamento e salubridade, o Vereador salientou que o município não podia continuar a suportar todos os aumentos, sobretudo, com as tarifas que eram cobradas pela AMARSUL.-----

-----O Vereador evidenciou que o Município, ao longo dos anos, tem vindo a apresentar uma descida acentuada na dívida, quer de médio/longo prazo quer de curto prazo.-----

-----O Vereador acrescentou, ainda, que o Município quando havia aderido ao PAEL tinha uma dívida de cerca de 32 milhões de euros, que neste momento tinha um prazo médio de pagamento inferior a 30 dias, menor do que havia sido convencionado, e que presentemente tinha uma margem de endividamento na ordem dos 56 milhões de euros, ou seja que tinha uma margem de endividamento quase tão grande como o montante prescrito no Orçamento em análise.-----

-----Considerando o atrás exposto, o Vereador Dr. José Polido evidenciou que era um motivo de orgulho para todos, o caminho que traçado, ao longo dos anos, de não aumento quer



Câmara Municipal de Sesimbra

de impostos quer de tarifários, tudo fruto da gestão e planeamento exercidos pelo Partido, que representa a força maioritária, mas também, pelo esforço praticado pelos funcionários municipais, munícipes e contribuintes que permitiram a realidade existente.-----

-----O Vereador Dr. Nelson Pólvora reconheceu que, em anos em que se realizavam atos eleitorais, como o que aconteceu no mês de setembro deste ano – Eleições Autárquicas, era complicado levar a efeito a elaboração de um Orçamento. -----

-----Depois e relativamente aos Pelouros que lhe haviam sido atribuídos, a Fiscalização Municipal e Águas e Saneamento, verificou que a primeiro não possuía GOP e que o segundo, uma GOP, na ordem dos 4,5 milhões de euros, na medida em que, por ocasião da tomada de posse do Executivo, o trabalho desenvolvido já se encontrava praticamente finalizado.-----

-----Depois evidenciou que era com agrado que havia verificado que, no Orçamento, se encontravam contempladas algumas das propostas que constavam no programa eleitoral do seu Partido, as quais, embora classificadas com rubricas residuais, eram sinal de boa vontade, por parte da força maioritária, em partilhar com os outros Vereadores os desígnios do Concelho, como por exemplo: a criação do Pelouro do Associativismo, Centro Náutico da Lagoa de Albufeira, a nível de transportes coletivos, a Urbana da Quinta do Conde, etc.. -----

-----O Vereador acrescentou que o Partido Socialista, representado nesta Câmara Municipal, se encontrava apreensivo quanto à receita proveniente do IMT, por esta ser muito variável e dependente do mercado imobiliário. -----

-----Por fim e considerando que se aproximava a data prevista para a transferência de competências para os Municípios por parte do Governo Central, disse que os Vereadores do PS se encontravam disponíveis para colaborar e discutir todas as matérias em prol do concelho e da sua população. -----

-----De seguida interveio a Vereadora Dr.ª Argentina Marques dizendo em primeiro lugar que corroborava com as palavras proferidas pelo seu colega Vereador Dr. Nelson Pólvora, tendo, no entanto, verificado que pouco havia por fazer em relação às verbas orçamentadas para os pelouros que lhes haviam sido atribuídos. -----

-----A Vereadora Dr.ª Argentina Marques, opinou que, independentemente da força política que se encontrasse a governar a Autarquia, esta necessitava de um Plano Estratégico destinado a planear e definir os objetivos estratégicos e operacionais dos seus serviços. -----



Câmara Municipal de Sesimbra

-----Perguntou, depois, o porquê da diminuição das transferências diretas por parte da Administração Central e bem assim o porquê da quebra da receita relativamente à venda de bens e serviços. -----

-----A Vereadora perguntou, no que tocava à transferência de competências para as 03 freguesias do concelho, qual era o plano e seus objetivos.-----

-----Por fim, e no que respeitava aos recursos humanos afetos à limpeza, perguntou como é que era feito o seu planeamento.-----

-----A Vereadora salientou que tem vindo a aperceber-se que, na sequência das reuniões que, tem tido com o pessoal afeto aos seus Pelouros, por falta de comunicação entre eles, era difícil de programar e gerir os projetos que planeavam desenvolver.-----

-----Usou, depois, da palavra o Vereador Enf.º Miguel Fernandes, para, antes de começar a sua intervenção, saudar todos os funcionários presentes e em especial os do Departamento Financeiro, pelo esforço levado a cabo na realização dos documentos em análise, corroborar as palavras já proferidas pelos seus colegas, Nelson Pólvora e Argentina Marques, e salientar que tinha sido a primeira vez, em cinco anos, que havia sido formulado um convite por parte da CDU ao PS para participar na governação do Concelho, ao qual haviam respondido com grande agrado e sentido de responsabilidade.-----

-----O mesmo Vereador referiu que o presente Orçamento tinha sido contemplado com um reforço de capital na ordem dos 4 milhões de euros e que do mesmo constavam, e não só, investimentos explanados no programa eleitoral do PS, tais como: Unidade de Saúde de Sesimbra e da Quinta do Conde, Reabilitação da Capela de S. Sebastião, Conclusão da Escola Navegador Rodrigues Soromenho, em Sesimbra, Novo Auditório da Quinta do Conde, aumento da Escola Michel Giacometti, Biblioteca da Quinta do Conde, etc..-----

-----Em relação aos Pelouros que lhe haviam sido atribuídos, o Vereador evidenciou o investimento, de cerca de 900 mil euros, para obras de urbanização das AUGI da Lagoa de Albufeira, que considerou um passo importante neste Projeto Municipal.-----

-----No que respeitava ao Pelouro de Tecnologias e Sistemas de Informação referiu que iria haver, no próximo quadriénio, uma transformação digital significativa nos serviços municipais.--

-----Concluindo a sua intervenção, o Vereador Enf.º Miguel Fernandes referiu que os documentos em apreço foram resultado da convergência de posições entre a CDU e o PS, obtidas nas diversas reuniões preparatórias realizadas para o efeito, as quais contou, igualmente, com a presença do Vereador Márcio Souza, mas que, no entanto, existiam alguns aspetos que



Câmara Municipal de Sesimbra

necessitavam de ser aprofundados, nomeadamente, no que dizia respeito à receita proveniente do IMT, por esta ser muito variável e dependente do mercado imobiliário, o que, na sua opinião, era uma fragilidade financeira da Câmara Municipal. -----

-----Usou da palavra o Senhor Presidente para salientar que o presente orçamento, para além de tudo o que estava previsto realizar, contava agora com a despesa de recolha do amianto das estabelecimentos escolares, impossível de executar pelas diversas contrariedades ocorridas, com a transferência de competências para as juntas de freguesia, com a transferência de competências da Administração Central, com a aferição do ponto de vista que eram os investimentos provenientes do PRR, do Lisboa 20/30, projetos que tinham de ficar muito bem organizados para a boa e regular execução de tal documento.-----

-----Esclareceu depois que a regra da CDU tem sido a de concretizar a execução do Orçamento nunca abaixo dos 85%, mas, ao não conseguir atingir a referida percentagem seria elaborada e submetida ao Órgão Executivo e Deliberativo uma proposta de Revisão Orçamental.

-----O Senhor Presidente referindo-se ao IMT, salientou que a receita proveniente deste imposto não era fixa mas sim volátil, a qual tem vindo a potenciar uma despesa corrente do Município.-----

-----Acrescentou, de seguida, que toda e qualquer Autarquia, na elaboração do seu Orçamento, tinha de tomar opções no que respeitava aos seus investimentos, e deixar cair alguns, como exemplo, focou a empreitada da obra de conclusão da Escola Navegador Rodrigues Soromenho, em Sesimbra, que pelas contrariedades que eram do conhecimento geral, teve de ser de novo incluída no Orçamento do próximo ano.-----

-----Imediatamente a seguir, o Senhor Presidente, registou com agrado a intervenção produzida pelo Vereador Enf.º Miguel Fernandes, a qual revelou uma grande maturidade de conhecimento daquilo que eram os dossiers municipais e da visão estratégica dos instrumentos municipais, ao elencar um conjunto de projetos e de propostas que eram coincidentes entre o programa eleitoral da Força Maioritária e da Força Política a que pertencia, o PS.-----

-----Considerando as palavras ora referidas, o Senhor Presidente evidenciou, com agrado, que este mandato, de gestão conjunta, iria ser desenvolvido de forma profícua quer para o Concelho quer para a sua População.-----

-----Usou de seguida da palavra, o Vereador Dr. José Polido para esclarecer que o motivo de redução, de cerca de 177.000,84 €, na receita de bens e serviços, face aquilo que estava previsto, foi porque quando havia sido feita a sua projeção, a Câmara Municipal não tinha tido em conta o



Câmara Municipal de Sesimbra

COVID, a qual, perante tal situação, achou por bem deliberar conceder um benefício à população e as empresas locais, traduzido numa redução de 10%, durante um determinado período na componente variável na fatura dos três serviços.-----

-----O Vereador Dr. José Polido esclareceu que o IRS não era um imposto direto do Município mas uma transferência corrente do Estado. Os impostos diretos eram: o IMI, o IMT, o IUC, a Derrama, e os impostos abolidos, nomeadamente a Sisa, que apesar de já não existir, desde há vários anos, o Município, ainda tem vindo a receber verbas daquela proveniente, uma vez que a tramitação era realizada pela Autoridade Tributária. -----

-----Ainda a respeito do IRS, o mesmo Vereador esclareceu que, foi mantido o valor de 3 milhões de euros na rubrica porque o Orçamento de Estado ainda não havia sido aprovado. -----

-----No que se referia às questões formuladas acerca das áreas referentes ao planeamento, à limpeza e ao pessoal, o Vereador Dr. José Polido esclareceu que tais áreas eram executadas através da contratação da prestação de serviços, por falta de recursos humanos. -----

-----No que respeitava à limpeza dos edifícios municipais, explicou que tais prestações de serviço se davam, pela dificuldade de manutenção das funcionárias do quadro da Autarquia. -----

-----Depois elencou alguns exemplos da prestação de serviços que a Autarquia normalmente tinha para o efeito, tais como: -----

----- - limpeza, durante o período balnear, nos lugares denominados Aldeia do Meco, Alfirim e Lagoa de Albufeira; -----

----- - limpeza e higienização das praias, na qual se incluía a do Ribeiro do Cavalo realizada através de um barco; -----

----- - desmatção e corte de ervas; -----

----- - limpeza de molks e de contentores de resíduos urbanos; -----

----- - limpeza de edifícios, no qual se incluía o Auditório Conde Ferreira, a fração onde funciona o Aproveitamento e Património, etc.. -----

-----O Vereador acrescentou que, à semelhança do que se passava na organização da vida de cada um de nós, as situações tinham de ser adequadas em função das necessidades existentes, em função do planeamento e bem assim da sua disponibilidade financeira, não esquecendo ainda, no caso da Autarquia, do mercado de trabalho, o qual, por vezes, necessitava de contratar, mas que, atendendo às questões legais, não era possível efetivá-las. -----

-----Referindo-se à intervenção da Vereadora Dr.^a Argentina Marques a respeito da necessidade da existência de um Plano Estratégico para o Município, a Vice-Presidente



Câmara Municipal de Sesimbra

esclareceu que, como era do conhecimento geral, as características de tal documento assentavam na definição dos objetivos e medição da sua concretização.-----

-----Mais disse que, para além do PDM, o qual, apresentava já, uma visão estratégica, com ações concretas para os vários períodos da sua vigência e que podia ser alterado em qualquer altura, existiam outros documentos, também importantes, para a definição da visão estratégica do Município, tais como: -----

----- Estratégia Local de Habitação do Município de Sesimbra; -----

----- - Carta Educativa; -----

----- - Plano de Desenvolvimento Social; -----

----- - Carta de Equipamentos Sociais, etc., -----

-----Tendo em conta o atrás exposto, a Vice-Presidente para bem ilustrar as suas palavras, deu como exemplo o caso da “Variante ao Porto de Abrigo”, considerada uma obra fundamental para a atividade económica do concelho e sua ligação à grande Área de Lisboa, reivindicada há décadas, junto da Administração Central, com vista ao seu financiamento e concretização, no entanto, até aos dias de hoje, nunca havia conseguido que a mesma fosse uma realidade. -----

-----Ainda sobre a mesma temática, a Vice-Presidente evidenciou que, por vezes, os objetivos definidos não conseguiam ser concretizados dado que os mesmos não dependiam apenas do Município mas também de parceiros externos. -----

-----Concluindo a sua intervenção, a Vice-Presidente demonstrou o seu agrado pelas palavras proferidas pelo Vereador Enf.º Miguel Fernandes, por ter verificado que os anseios do PS estavam de acordo com os do restante Executivo, ou seja, em prol do desenvolvimento do Concelho e do bem estar da População. -----

-----Considerando que, nos termos do n.º 3 do art.º 5.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, que aprovou o Estatuto do Direito de Oposição, os Partidos Políticos abrangidos por aquele estatuto, Partido Social Democrata, Partido Chega, Movimento Sesimbra Unida e Bloco de Esquerda, foram convocados para a reunião de consulta prévia a qual teve lugar no dia 15 de dezembro, aos quais foram apresentados documentos base e explicada a estratégia de construção dos mesmos e a situação atual da dívida do Município.-----

-----Como mais ninguém se quis pronunciar, considerando que tais documentos foram remetidos aos Senhores Vereadores para apreciação e que os mesmos foram analisados por todo o executivo nas reuniões de trabalho efetuadas para o efeito, o Senhor Presidente submeteu-os à votação, em resultado da qual se verificou o seguinte: -----



Câmara Municipal de Sesimbra

----- 1- no que respeita às “Grandes Opções do Plano e à proposta de Orçamento para 2022”, a Câmara Municipal deliberou, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para cumprimento da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo diploma, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, da Vice-Presidente e do Vereador Dr. José Polido e com a abstenção do Vereador Dr. Nelson Pólvora, da Vereadora Dr.ª Argentina Marques e do Vereador Enf.º Miguel Fernandes, que produziram declaração de voto, e do Vereador Márcio Souza, submete-los a aprovação da Assembleia Municipal;-----

----- 2- no que respeita ao “Mapa de Pessoal”, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submete-lo, também, a aprovação da Assembleia Municipal.-----

-----A declaração de voto produzida pelo Vereador Dr. Nelson Pólvora, Vereadora Dr.ª Argentina Marques e Vereador Enf.º Miguel Fernandes, é do teor seguinte:-----

-----Não entregue-----

.....”

ESTÁ CONFORME

Sesimbra, 23 de dezembro de 2021.

O Coordenador Técnico do Serviço de Apoio à Câmara Municipal,

Isabel Augusto Rodrigues Soares Assis